

Atano 203/96

Os vinte dias do mês de maio do ano de mil novecentos e

noventa e seis, às nove horas e dez minutos, na Sala de Reuniões da
 História da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, reuniu-se
 pela ducentésima terceira vez, em duas sessões, o Conselho Universitário,
 presidido pelo professor Antônio Lima Bandeira, reitor, e secretariado pelo
 professor José Venício de Oliveira, secretário de órgãos delegados. Primeira
 sessão - conclusões apresentadas: Fernando da Costa Brito, José Carlos Pe-
 reira da Silva, José Carlos Bohndorff, Paulo Augusto Tomaz, Magda-
 leena Teixeira, Antônio Luiz de Lima, Rolf Luschmann, José Luis Braga
 Joaquim Hernán Patonoy Salcedo, Aluísio Borém de Oliveira e Eudeneia
 Figueira, suplente do Conselho e Julian Vicente Rodrigues. Iniciada a reunião,
 a presidência comunicou a regularização do repasse dos duodécimos pelo
 MEC. A próxima etapa visa à suplementação de verbas, objetivando dimen-
 sionar adequada e satisfatoriamente o orçamento para atendimento das
 necessidades institucionais. Em seguida, atendendo à solicitação do
 Conselho José Carlos Bohndorff, discutiu sobre o orçamento 96 da UFV,
 sendo dito que foram reservados 16 milhões de reais para custos e capi-
 tal. A proposta orçamentária apresentada passa, no momento, pelo estudo
 e análise da Diretoria Financeira, com vistas ao pedido de suplementa-
 ção a ser encaminhado ao MEC. Quanto à indicação do Conselho
 Joaquim Hernán Patonoy Salcedo sobre as questões referentes ao queda
 de arrecadação dos recursos internos, disse, em primeiro lugar, que os
 convênios não transitam mais no orçamento da Instituição, sendo re-
 passados diretamente à FUVARBE, por se tratar de mecanismo, respal-
 dado em lei, que apresenta maior agilidade e flexibilização em seu funciona-
 mento. Em segundo lugar, referiu-se à existência, até 1954, de alto
 índices inflacionários. Hoje, sua queda vertiginosa. Em atendimento à
 conselheira Magda Leona Teixeira, no tocante às fontes de recursos
 internos, cuja origem são excessos, tem-se o restaurante universitário,
 as vendas de produtos e de serviços, as taxas escolares e os alugueis,
 estes em menor escala. No encerramento dos informes e esclareci-
 mentos, a pedido do Conselho José Carlos Pereira da Silva, de-
 clarou de encargo atribuído recentemente em lei para discutir,
 mais uma vez, o projeto de autonomia universitária do ANOFFES.

Afirmar haver divergências entre os setores quanto ao ente julgador e
estabelecido o documento está sendo elaborado e, posteriormente, será re-
passado aos IFES e respectivas comunidades. Finaliza dizendo nas ter-
ceiras ainda o projeto de autonomia universitária do MEC. Antes de a-
botar o tema proposto para esta reunião, tem comentário acerca do
momento atual da universidade brasileira e, especificamente, o da UFPA.
Inicialmente, relembra o MCP deste Conselho, aprovado em 12.4.96 e enviado
da aos senhores conselheiros, a autoridades federais e municipais e aos
meios de comunicação social, que manifestou a preocupação com o quadro orga-
nizacional das universidades. Em seguida, comenta a greve na Instituição
com cinco dias completos, e os recentes posicionamentos, diferenciados por
segmento: os servidores técnico-administrativos, com tendência de volta ao
trabalho; e os docentes pela continuidade do movimento grevista. Externa sua
opinião quanto à insensibilidade crescente do governo federal para com
os reivindicações do servidor público e quanto ao prosseguimento do greve,
fato que interfere diretamente no planejamento e execução das atividades
da Universidade. Antecipando a participação dos conselheiros, foi feita a
leitura da correspondência da ASPDU, datada de 6.5.96, solicitando a
este Conselho posicionamento em defesa e apoio dos docentes e contrário a
qualquer greve. Logo isso, o plenário opinou sobre o momento presente,
quando foram especificados: - comportamento das demais IFES na greve;
- rateio dos dias não trabalhados; - posicionamento e manifestações do consi-
do UFPA; e - teor do manifesto a ser divulgado para as autoridades e
imprensa. Com relação ao comportamento das demais IFES, a pres-
idência esclarece que os posicionamentos e os discursos não têm sido
individualizados e localizados. Disse, ainda, que o MEC encontra-se já mar-
cam do processo de negociação, por ser, na sua ótica, o movimento gre-
vista dos servidores públicos federais. A ANDEFES insistiu com o me-
nbro da comissão Paulo Renato Souza, em correspondência datada de
8.5.96, para que reconhecesse sua posição e pare a ótica como inter-
locutor junto ao Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e
se negociador direto do governo federal. Quanto ao rateio dos dias não
trabalhados, informa que o MARE tentou antecipar e utilizar de tal

medida. Porém não considerá-la no momento, uma vez que o procedimento administrativo nunca foi este. Esta a expectativa pelo momento da negociação. Busca de posicionamento do Conselho Universitário em relação ao momento atual, os conselheiros foram favoráveis à necessidade de sua manifestação, por meio da elaboração cuidadosa de um documento, considerando o momento crítico focalizado pela presidência quando discorreu sobre a finalidade desta reunião. Quanto ao documento propriamente dito, os conselheiros decidiram que deveria partir-se por uma linha pragmática e objetiva, enfatizando o reconhecimento da necessidade do movimento; o pleito junto ao ministro da Educação, na busca de solução, visando à sua participação nas negociações, em apoio explícito ao fortalecimento do ANOIFES e em razão das dificuldades de intervenção com o governo sobre as questões da universidade pública federal; a necessidade de implementação de metas, já que o orçamento dos IFES não contempla recursos suficientes para sua manutenção em 96; e a indefinição quanto à data-base de divisão da categoria, já que, há dezesseis meses, os servidores públicos federais não têm reajustes de parcelas salariais. A comissão para a redação preliminar do manifesto ficou, por consenso, composta dos seguintes conselheiros: Fernando da Costa Brito, Antônio Luiz de Lima, Paulo Henrique Tomaz e Cláudio Fátima. Às onze horas e quinze minutos, a reunião foi suspensa. Às onze horas e quinze minutos, às dezesseis horas e quinze minutos, sob a presidência do professor Antônio Lima Bandeira, reitor, e secretariado pelo professor José Henrique de Oliveira, secretário do órgão Colegiado. Além dos presentes na primeira sessão, compareceram o conselheiro Julian Vicente Rodrigues. Antes de passar à análise da proposta do texto enviado pela comissão, a presidência deste Conselho comentou o fato da presença da ANOIFES, relatado no final do expediente da manhã, dizendo que havia sido recebido em audiência pelo ministro da Educação, na sessão de 17.5.96, 17.5.96, e que este decidiu participar das negociações. Assim, foi designado, pelo ministro, uma comissão do MEC, formada por Vanessa Guimarães Pinto, secretária de Ensino Superior do MEC, Edson Macedo de Souza, chefe de gabinete do ministro da Educação, e Nelson Aguiar Baeta Neves, presidente do CAPES, para discutir as reivindicações dos servidores

públicas federais, juntamente com o MARE, a ANDEES e a FASUBRA. Informa também, que o presidente da ANDEES esteve em audiência com o ministro Brenner Pereira, na terça-feira, 21.5.56. Em seguida, foi analisado e aprovado o manifesto, no seguinte teor, que deverá ser divulgado para as autoridades e a imprensa: "O Conselho Universitário da Universidade Federal de Viçosa, em reunião especificamente destinada a avaliar o momento atual da Universidade, considerando: a) que o orçamento das FFES não contempla recursos suficientes para sua manutenção em 1956; b) que, nos últimos três meses, os servidores públicos federais não têm percepções de todas as parcelas; c) a indefinição quanto à data-base de salários de categoria; e d) as dificuldades de interlocução com o governo sobre a questão salarial, manifesta-se solidário do movimento dos docentes e servidores técnico-administrativos em defesa da educação e das universidades públicas e reivindica em consonância com o que a ANDEES tem sistematicamente proposto, que o MEC seja a instância governamental de encaminhamento e decisão dos problemas da Universidade Pública Federal e contínuo para promover a abertura de negociações, visando à solução do impasse entre o movimento dos servidores públicos federais e o governo. Sala de Reuniões, em 10 de maio de 1956. Antônio Lima Bandeira - Presidente". A reunião durou uma hora e trinta minutos, a reunião foi encerrada pelas contas, foi levada a presente ato, que, se aprovado conforme, será assinado pelo professor Antônio Lima Bandeira, reitor, e pelo professor José de Oliveira, secretário de Organizações Administrativas.

Prof. Antônio Lima Bandeira

Prof. José de Oliveira

[Handwritten signature]